

Nahuel Moreno

Uma das expressões específicas mais importantes da teoria dos campos burgueses progressivos foi formulado pela própria Internacional Comunista: é a frente única antiimperialista. Posteriormente, esta teoria foi desenvolvida de forma oportunista por Stalin e por Mao e pelas correntes revisionistas do marxismo e do trotskismo, até chegar a Lambert e Favre.

O conteúdo principal desta teoria pode ser sintetizado da seguinte forma: **o eixo estratégico do partido revolucionário nos países atrasados é a conformação de uma frente única antiimperialista com a burguesia nacional.**

Dada a enorme importância que têm os países atrasados na luta de classe mundial, pelo fato de deter a imensa maioria da humanidade, este aspecto particularmente odioso da teoria revisionista dos campos merece que lhe dediquemos um capítulo. No presente veremos primeiro lugar a teoria de Lambert-Favre e seus mestres, Stalin e Mao; em seguida, as concepções da III Internacional, Lênin e também de Trotsky até 1917; concepções que em nossa opinião orientavam-se num sentido muito parecido ao dos bolcheviques antes da revolução de 1917, quer dizer, a revolução por etapas e a ditadura revolucionária operária e camponesa para desenvolver a revolução democrático-burguesa; e finalmente o posterior desenvolvimento ideológico de Trotsky até chegar a sua concepção da revolução permanente nos países atrasados.

1. A teoria Lambert-Favre de frente única antiimperialista

Em nossas filas, esta variante da teoria dos "campos burgueses progressivos" foi explicada por Luis Favre em uma intervenção no Conselho Geral da CI(CI), diretamente inspirada em seu conteúdo por Pierre Lambert.

No início de sua intervenção, Favre sustentou categoricamente: *"Creio que, em linhas gerais, o eixo da luta pela frente única nos países colonizados e semi-colonizados passa pela luta pela frente única antiimperialista e a auto-organização da classe operária"* ("Sobre a frente única antiimperialista").

Aqui se expressam dois conceitos. Um, implícito, é que a frente única é uma estratégia permanente. Não nos deteremos sobre este falso conceito aqui, posto que é tema de um capítulo posterior. O outro, este sim explícito, é que nos países coloniais e semi-coloniais a frente única se concretiza em frente única antiimperialista e que esse é o eixo da estratégia revolucionária em ditos países.

Estabelecido esse eixo, Favre passa a definir a frente: *"O partido do proletariado deve lutar em um bloco unido com os partidos da burguesia e da pequena burguesia"* (idem).

Isto é assim, segundo Favre-Lambert, porque *"existe uma diferença qualitativa entre a burguesia imperialista e a dos países colonizados y semi-colonizados"* (idem).

A conclusão é: *"Não se trata de fazer a frente única antiimperialista somente quando há conflito com o imperialismo: a luta contra a dominação imperialista do país é permanente (...) Pois bem, estamos dispostos a fazer essa luta com qualquer. A fazer um bloco com qualquer em base a essa linha. Inclusive com o PSR [peruano], que se proclama nacionalista burguês"* [peruano](idem).

Resumindo os argumentos de Lambert-Favre, temos: nos países semicoloniais y coloniais existem dois campos, o anti-imperialista com o proletariado, as massas e o setor da burguesia chamado "nacionalista", e o imperialista com o imperialismo e os setores da burguesia ligados a ele.

O dever do partido do proletariado, o eixo de sua política, é conformar um "bloco unido" com os partidos da burguesia e da pequena burguesia, contra o campo imperialista.

O eixo da política de Lambert-Favre não é alcançar a independência de classe do proletariado e nesse marco, estudar a conveniência tática de fazer esse ou aquele acordo limitado e circunstancial com algum setor da burguesia, mas é exatamente o contrario. O permanente, o estratégico é o acordo com a burguesia; a "auto-organização da classe operária" (supondo, com uma grande dose de boa vontade, que isso seja sinônimo de independência de classe), passa ao plano secundário.

Neste terreno, Lambert e Favre não coincidem com Molinier e Schachtman, que cederam à política dos campos quando estes surgiram na realidade. Coincidem com os mencheviques, os estalinistas e com Pablo, que elevaram

essa política ao nível de uma teoria e uma orientação permanente. Lambert y Favre defendem que, quando o bloco com a burguesia não existe (que é na absoluta maioria dos casos), o **partido revolucionário deve criá-lo**.

2. Stalin, Mao e a luta contra o "militarismo" e o "imperialismo" na China

Na realidade, Lambert y Favre não "descobriram a pólvora". Sua concepção é idêntica à formulada por Stalin e Mao para a revolução chinesa de 1925-27.

O tristemente célebre programa da Comintern redigido por Bujarin sob a inspiração de Stalin sustenta, tal como sustentou Lambert e Favre hoje em dia, que a burguesia colonial poderia desempenhar um papel antiimperialista e que, portanto, *"Os acordos com a burguesia nacional dos países coloniais são lícitos na medida que a burguesia não obstrua a organização revolucionária dos operários e camponeses e desenvolva uma autêntica luta contra o imperialismo"* (citado por Trotsky, *The Third International after Lênin - A Terceira Internacional após Lênin*, pp. 167-168).

Se alguma diferença existe entre Stalin-Bujarin e Lambert-Favre, é que os primeiros são um pouco mais cautelosos, utilizam o tempo condicional em suas afirmações ("na medida que"). Segundo eles é possível que a burguesia lute contra o imperialismo, e nesse caso, os acordos com ela são "lícitos". Em troca, para Lambert-Favre, o que se busca não é um acordo e sim um "bloco unido" com a burguesia "antiimperialista", e essa política, mais que lícita, é um "dever" e o "eixo" da atividade do partido revolucionário.

Voltando ao estalinismo, o principal impulsionador dessa política no Partido Comunista Chinês foi o jovem Mao Tse-tung, recentemente eleito ao Comitê Central do partido (ver a Introdução do trotskista chinês Pen Shu-tse a **León Trotsky na China**). Mao expôs suas posições no jornal do partido, no artigo "O golpe de estado de Pequim e os comerciantes"; os comerciantes aqui são a burguesia.

"Devido à necessidade histórica e à situação conjuntural a obra pela qual os comerciantes deveriam assumir a responsabilidade na revolução nacional é mais importante e premente que a obra que deve assumir o povo. Sabemos que os militaristas e as potências estrangeiras se uniram para impor uma dupla opressão sobre o país. Logicamente, o povo de todo o país sofre profundamente sob uma dupla opressão deste tipo. Sem dúvida, quem sente este sofrimento de maneira mais premente e aguda são os comerciantes" (citado por Peng, *op. cit.*, p. 41; sublinhado no original).

(citado por Peng, *op. cit.*, p. 41; sublinhado no original).

Conseqüente com esta análise, Mao chega à seguinte conclusão: *"Quanto mais ampla for a organização dos comerciantes, quanto maior for sua influência, maior será sua capacidade para dirigir o povo de todo o país e mais rápido será o êxito da revolução"* (*op. cit.*, p. 42; sublinhado no original).

Outro membro novo do CC, Chu Chui-pai, avançou um pouco mais: *"Os comerciantes, camponeses, operários, estudantes e professores, todo o povo deve unir-se ao Kuomintang"* (*op. cit.*, p. 43; sublinhado no original).

A concepção aqui expressada é que as tarefas da revolução antiimperialista ("nacional") devem ser cumpridas principalmente pelos comerciantes, quer dizer, a burguesia, que deve **encabeçar** o campo do "povo" contra o dos "militaristas e as potências estrangeiras". Com uma emenda de Chu, de que o campo progressivo deve integrar-se em um partido único, o Kuomintang.

Como diz Peng, muito acertadamente, *"É evidente que estamos ante duas manifestações do pensamento menchevique"* (*op. cit.*, p. 43). São três manifestações, se agregamos a de Lambert-Favre, idêntica à de Stalin-Mao excetuando o aspecto do partido único.

3. Mao e a invasão japonesa à China

A concepção clássica de frente única antiimperialista como variante da teoria dos campos burgueses progressivos foi elaborada por Mao, durante a invasão japonesa à China no prelúdio da Segunda Guerra Mundial.

Em um informe programático apresentado à Conferência Nacional do PCCh (em maio de 1937) sob o título "As tarefas do PC da China no período da resistência ao Japão", diz:

"Em virtude da contradição entre China e Japão ter se convertido na principal e que as contradições internas da China tem sido relegadas a um plano secundário e subordinado, nas relações da China com o exterior e nas relações de classe dentro do país tem-se produzido mudanças, que inauguram uma nova etapa de desenvolvimento da situação atual" (*Obras escolhidas de Mao Tse-tung, T.I*, p. 283).

(Obras escolhidas de Mao Tse-tung, T.I , p. 283).

Quais são essas "contradições internas" que têm passado a um "plano secundário e subordinado?" O próprio Mao responde:

"Há muito que China vive duas contradições agudas e fundamentais: a contradição entre ela e o imperialismo e a contradição entre o feudalismo e as grandes massas populares (...) Com seu desenvolvimento, a contradição nacional entre China e Japão superou em peso político relativo às contradições entre as classes". (Op. cit., pp. 283 y 285).

(Op. cit., pp. 283 y 285).

Quer dizer que, para Mao, as contradições já não são **entre as classes** e sim entre o povo e o feudalismo por um lado, entre a nação chinesa e o agressor japonês por outro. Em ambos os casos são contradições entre campos burgueses, com a classe operária e as massas formando parte do mais "progressivo" deles. No momento em que Mao escreveu seu documento, a contradição China-Japão tem relegado a contradição povo-feudalismo a um plano secundário, devido à realidade da invasão. Prossegue Mao:

"Isto transfere ao Partido Comunista da China e ao povo chinês a tarefa de formar uma frente única nacional anti-japonesa. Nossa frente único incluirá a burguesia e a todos aqueles que estiverem a favor da defesa da pátria, e encarnará a unidade nacional contra o inimigo estrangeiro" (op. cit., p. 284).

(op. cit., p. 284).

Pero há mais: *"China não só deve se unir com a União Soviética, que tem sido sempre fiel amiga do povo chinês, mas também, na medida do possível, estabelecer relações de luta conjunta contra o imperialismo japonês com aqueles países imperialistas que estejam dispostos a manter a paz e se oponham a novas guerras de agressão. (Op. Cit. P. 284).*

Daqui se desprende um programa cujos pontos principais são os seguintes:

"Em interesse da paz interna, da democracia e da guerra de resistência, visando estabelecer a frente única nacional anti-japonesa, o PC da China, em seu telegrama à III Sessão plenária do Comitê Executivo Central do Kuomintang, assumiu os seguintes quatro compromissos:

"1) Mudar o nome do governo (...) que dirige o PC de China (. . .) e do Exército Vermelho tornando-o parte do Exército Revolucionário Nacional, de modo que este Governo e este Exército fiquem sob jurisdição do Governo Central de Nankin e de seu Conselho Militar; (quer dizer, sob o mando político-militar de Chiang Kai-shek)

"2) Aplicar um sistema democrático;

"3) Suspende a política de derrubar Kuomintang por força das armas, e

"4) Suspende o confisco das terras dos latifundiários" (op. cit., pp. 289-290).

(op. cit., pp. 289-290).

Então, temos que a invasão japonesa da China deu surgimento a dois campos: o imperialista, integrado pelo Japão e seus aliados, e o "progressivo", ou "antiimperialista" (anti-japonês), encabeçado pelo governo burguês de Chiang Kai-shek e integrado pela burguesia nacional e as potências imperialistas que tenham diferenças com Japão. O partido do proletariado deve integrar-se a esse campo progressivo antiimperialista, "suspendendo" a luta por derrotar o governo e as expropriações revolucionárias dos latifundiários pelos camponeses. Mais ainda, dissolver os governos revolucionários das zonas controladas por seu exército, para integrá-los ao governo e ao exército burgues sob o mando do fascista Chiang Kai-shek.

Concluindo Mao: *"Nossos inimigos -os imperialistas japoneses os colaboracionistas chineses, os elementos pro-japoneses e os trotskistas vêm fazendo tudo que podem para torpedear cada passo que se dá a favor da paz e da unidade" (op. cit., p. 289).*

Tem razão quando diz que os trotskistas são inimigos da unidade com a burguesia que ele preconiza, posto que se trata de unidade política, de subordinação do proletariado à burguesia. Justamente para la misma época, Trotsky escribía, en carta fechada el 23/9/37:

"Não negamos a necessidade de um bloco militar entre o PC e o Kuomintang. Mas, pedimos que o PC mantenha sua independência política e organizativa total, que tanto na guerra civil contra os agentes internos do imperialismo como na guerra nacional contra o imperialismo estrangeiro, a classe operária, enquanto permanece na primeira linha da luta militar, prepare a derrota político da burguesia" (Na China, p. 570).

(Na China, p. 570).

Isto é exatamente o oposto do que sustenta os teóricos dos campos. A guerra nacional de defesa frente ao imperialismo de nenhuma maneira relega a luta de classe a um plano secundário. Pelo contrário, o proletariado e seu partido lutam na primeira fila contra o invasor estrangeiro, pero mantém sua total independência política e organizativa e preparam a derrota revolucionária da direção burguesa.

Os trotskistas lutam contra o imperialismo japonês em primeira fila, mas:

1) Não se subordinam à "*jurisdição do Governo Central e seu Conselho Militar*", mas "*criam organizações 'bélicas' sobre bases classistas (...) em tempo de guerra a vanguarda proletária permanece em oposição irreconciliável à burguesia*" (pp. 564-565).

2) Não "*suspende a política de derrubar o Kuomintang*" mas "*prepara o autêntico governo operário e camponês, ou seja, a ditadura do proletariado*" (p. 565).

3) Não "*suspende os confisco de terras*" compreende que "*se abrem grandes oportunidades para as lutas econômicas dos trabalhadores*" (p. 565).

Os partidos que seguem as orientações de Lambert-Favre nos países colônias e semicoloniais se são conseqüentes até o fim, deverão aplicar a política de Mao, não a de Trotsky.

4. A política da III Internacional para os países coloniais e semicoloniais

Se Lambert, Favre e os atuais sustentadores desta teoria revisionista que estamos comentando querem encontrar um ponto de apoio, muito relativo e muito difícil por outra lado, nos textos clássicos do marxismo, desde já lhes poupamos o trabalho de procurá-lo: podem achá-lo nos documentos e resoluções da III Internacional e em certos textos de Lênin y Trotsky da época, referidos aos países atrasados.

Em seguida analisaremos alguns destes textos, que em nossa opinião - e o dizemos com toda franqueza- em relação à revolução permanente são centristas, como eram as posições de Lênin antes de 17, ao concordar com os mencheviques sobre o caráter burguês da revolução e o etapismo, discrepando deles sobre a dinâmica de classe. São textos que expressam a concepção não só da revolução por etapas, mas também do apoio ou defesa do "campo burguês progressivo" nos países coloniais e semicoloniais, principalmente os mais atrasados.

Trata-se, em primeiro, de um menchevismo "sui generis", que tem um aspecto revolucionário, já que se integra esta revolução por etapas dentro da revolução socialista mundial, principalmente e se insiste na independência política da classe operária européia.

Entremos no tema.

O IV Congresso da Internacional Comunista (Comintern) aprovou umas "Teses gerais sobre a questão do Oriente", que incluem uma tese sobre a "frente antiimperialista única". Onde se diz:

"Nos países ocidentais que atravessam um período transitório caracterizado por uma acumulação organizada das forças, tem sido lançada a consigna de frente única proletária. Nas colônias orientais é indispensável, na atualidade, lançar a consigna de frente única antiimperialista. A oportunidade dessa consigna está condicionada pela perspectiva de uma luta em longo prazo contra o imperialismo mundial, luta que exige a mobilização de todas as forças revolucionárias (...) Assim como a consigna de frente único proletária tem contribuindo e contribui ainda no Ocidente desmascarando a traição cometida pelos social-democratas contra os interesses do proletariado, assim como também a consigna de frente única antiimperialista contribuirá para desmascarar as vacilações e as incertezas dos diversos grupos do nacionalismo burguês. Por outro lado, essa consigna ajudará o desenvolvimento da vontade revolucionária e ao esclarecimento da consciência de classe dos trabalhadores, incitando-os a lutar na primeira fila, não só contra o imperialismo, como também contra todo tipo de resabio feudal.

"O movimento operário dos países coloniais semicoloniais deve, antes de tudo, conquistar uma posição de fator revolucionário autônomo na frente antiimperialista comum. Somente reconhecendo esta importância autônoma e conservando sua plena independência política, os acordos temporários com a democracia burguesa são admissíveis e até indispensáveis. (...) A frente única antiimperialista está indissolúvelmente vinculado à orientação em direção à Rússia dos Soviets.

"Explicar às multidões de trabalhadores a necessidade de sua aliança com o proletariado internacional e com as repúblicas soviéticas é um dos principais pontos da tática antiimperialista única. A revolução colonial só pode triunfar com a revolução proletária nos países ocidentais" (os quatro primeiros congressos... Tomo 2, pp. 231-232).

(os quatro primeiros congressos... Tomo 2, pp. 231-232).

Logo sintetiza o programa para os países atrasados, em relação à frente única antiimperialista:

"A reivindicação de uma aliança estreita com a República dos soviets é a bandeira da frente única antiimperialista. Logo após prepará-la, é preciso levar a cabo uma luta decidida pela máxima democratização do regime político, a fim de privar de todo sustento aos elementos social e politicamente mais reacionários e assegurar aos trabalhadores a liberdade de organização, permitindo-lhes lutar pelos interesses de classe (reivindicações de uma república democrática, reforma agrária, reforma das jornadas de trabalho, organização de um aparato administrativo baseado no princípio de um self-government (autogoverno), legislação operária, proteção do trabalho, proteção da maternidade, da infância, etc.)" (op. cit., pp. 232-233).

(op. cit., pp. 232-233).

Como vemos, aqui não se coloca a perspectiva da Revolução operária e a ditadura do proletariado para os países atrasados. Pelo contrário, só se coloca a luta contra o "imperialismo" e, dentro do país, contra os "resquícios feudais", com o objetivo de chegar a uma república democrática na qual a classe operária conquista reivindicações similares às do proletariado ocidental.

A quinta tese esclarece o papel do partido do proletariado na revolução democrática na república democrática:

"Duas tarefas fundidas em uma só incumbem aos partidos comunistas coloniais e semicoloniais: por um lado, luta por uma solução radical dos problemas da revolução democrático-burguesa cujo objetivo é a conquista da independência política; por outro lado, organização das massas operárias e camponesas para permitir-lhes lutar pelos interesses particulares de sua classe, utilizando para isso todas as contradições do regime nacionalista democrático-burguês" (op. cit., p. 230).

(op. cit., p. 230).

Novamente, trata-se de levar a cabo a revolução democrática burguesa e obter um lugar específico, independente, para a classe operária dentro da mesma. A tarefa do partido comunista, o partido revolucionário do proletariado, não é conquistar o poder, mas ganhar um lugar independente dentro do campo burguês que realiza a revolução democrática burguesa.

Temos um bom exemplo de aplicação desta política, na "Carta aberta do IV Congresso da Comintern aos comunistas e ao povo trabalhador da Turquia":

"O Partido Comunista da Turquia sempre apoiou o governo nacional burguês na luta das massas trabalhadoras contra o imperialismo. O Partido Comunista inclusive se mostrou disposto, frente ao inimigo comum, a efetuar sacrifícios temporários quanto a seu programa e ideais". (The Communist International, vol. 1, p. 380).

(The Communist International, vol. 1, p. 380).

Alguns delegados falaram contra a posição das Teses; por exemplo, o hindu Roy defendeu: *"Os movimentos revolucionários nacionais nos países onde milhões e milhões anelam a libertação nacional, e que não podem progredir sem libertar-se econômica e politicamente do imperialismo, não triunfarão sob a direção da burguesia".* Agregou que a burguesia seguramente desertaria da revolução nacional e a trairia, e nesse caso a direção deveria ser assumida pelos partidos comunistas (op. cit., p. 382).

Sem dúvida, como assinalou Radek em sua resposta, também às teses do II Congresso da Comintern defendiam o apoio aos movimentos nacionalistas do Oriente sem referir-se à luta de classe; agregou Radek que Marx, em seu momento, havia propugnado uma política de apoio à burguesia enquanto fosse revolucionária. Esta é a posição que se impôs no IV Congresso.

5. O contexto teórico das posições da III Internacional

A chave da Revolução da III Internacional que estamos analisando reside em uma concepção teórica imposta por Lênin e Trotsky em relação aos países atrasados.

A teoria da revolução permanente, tal como a havia formulado Trotsky até esse momento, referia-se à revolução russa e europeia, não aos países atrasados, aos que ele não prestou maior atenção até depois da Revolução de Outubro. Trotsky considerava que a revolução permanente, como combinação das revoluções democrático-burguesa e socialista e como a necessidade da conquista do poder pelo proletariado para resolver as tarefas da revolução

democrática, era uma teoria para a revolução no império czarista combinada com a revolução européia. Quer dizer, era uma teoria para os países adiantados e para um país como a Rússia, europeu e atrasado, mas com elementos de forte desenvolvimento capitalista (como explica no seu conhecido trabalho sobre a lei do desenvolvimento desigual e combinado no prólogo da História da Revolução Russa).

Depois de 1917, ao estudar a situação dos países da Ásia e da África e comprovar a tremenda debilidade de seu desenvolvimento capitalista, chega a uma conclusão similar à de Lênin e dos mencheviques e oposta à da revolução permanente. Considera que a revolução nos países atrasados do Oriente e da África passará por duas etapas, claramente diferenciadas: primeiro, uma revolução nacional e democrática, até que se consolide o proletariado como classe; logo, a etapa da revolução socialista.

Sem dúvida, como dizíamos no começo, esta concepção inclui um aspecto adicional: que a primeira etapa dos países atrasados se combinará com a revolução proletária nos países adiantados da Europa Ocidental. Em outras palavras, ele vê a revolução mundial (conceito este que está totalmente ausente da teoria menchevique) como um processo em que se combinam "revoluções desiguais": socialistas nos países adiantados, democrático burguesa nos atrasados.

Vejamos em suas próprias palavras. O Manifesto do I Congresso, redigido por ele diz, em relação às *"insurreições e o fermento revolucionário que e produziu nas colônias"*: *"Escravos coloniais da África e Asia! A hora da ditadura proletária na Europa tocará para vocês como a hora de sua emancipação!"* (The First Five Years...- Os Primeiros Cinco Anos vol. 1, pp. 24 y 25).

E insiste: *"Nos países onde o processo histórico lhe brindou essa oportunidade, a classe operária tem utilizado o regime da democracia política para organizar-se contra o capitalismo. O mesmo ocorrerá também no futuro, nos países onde as condições para a revolução proletária ainda não amadureceu"* (op. cit., p. 2).

Quer dizer, existem países maduros e "não maduros" para a revolução proletária. Nestes está colocada a tarefa da libertação nacional e a democracia, e a luta pela mesma se combinará com a revolução proletária na Europa.

Algo parecido dirá Trotsky no II Congresso: *"A luta simultânea contra os opressores estrangeiros e seus aliados locais -senhores feudais, padres e agiotas- está transformando o crescente exército da insurreição colonial em uma grande força histórica, em uma poderosa reserva do proletariado mundial"* (op. cit., p. 125).

Como vemos, aqui Trotsky falava de um "exército de insurreição colonial", sem diferenciação de classe, e dos inimigos desse exército: os opressores estrangeiros, os senhores feudais, padres e agiotas, não a burguesia.

Entre o II e o III congressos volta a insistir, dando ênfase aos dois aspectos de sua concepção, tanto do caráter da revolução nacional no Oriente como de sua íntima ligação com a revolução proletária no Ocidente imperialista. Em resposta ao ultra-esquerdista Gorter, que sustentava que a classe operária inglesa estava distanciada da pequena burguesia, ao contrário da russa que teve o apoio do campesinato assinalou:

"Os proletários ingleses não podem alcançar a vitória final enquanto não se alcem os povos da Índia e enquanto o proletariado inglês não proporcione a esse alçamento um objetivo e um programa; não se pode falar de vitória na Índia sem a ajuda e direção do proletariado britânico. Ai vocês têm a colaboração revolucionária do proletariado e do campesinato nos confins do império britânico" (op. cit., pág. 139).

(op. cit., pág. 139).

Aí temos a vinculação entre as revoluções britânica e hindu; Qual é o "objetivo e o programa" que o proletariado britânico proporcionará ao campesinato hindu? Trotsky responde:

"[Gorter] enfoca a questão desde o ponto de vista insular inglês, esquece a Ásia e a África, passa por alto la conexão entre a revolução proletária no Ocidente e as revoluções agrárias nacionais no Oriente" (op. cit., p. 140).

Quer dizer, na Índia não está colocada a revolução proletária mas a revolução nacional e agrária; e não separadamente, mas em íntima relação com a revolução, esta sim proletária, na metrópole.

Só perto do IV Congresso, a posição de Trotsky começa a modificar-se em um sentido: o da dinâmica interna de classe da revolução, todavia não quanto aos objetivos de classe da mesma: *"O desenvolvimento do proletariado nativo paralisa as tendências nacional-revolucionárias da burguesia colonial. Mas ao mesmo tempo as multitudinárias massas camponesas obtêm uma direção encarnada na vanguarda comunista consciente. A combinação da opressão nacional militar exercida pelo imperialismo estrangeiro e a exploração capitalista por parte das burguesias estrangeiras e nativa, com as sobre vivência da servidão feudal, estão criando condições favoráveis nas quais o jovem proletariado colonial se desenvolverá rapidamente e ocupará seu lugar à cabeça do vasto movimento revolucionário das massas camponesas"* (op. cit., vol. 1, p. 250).

Sintetizando, Trotsky em vida de Lênin chega a colocar a combinação das lutas camponesas e os movimentos nacionalistas dos países atrasados com a revolução socialista nos países adiantados. Como análise das perspectivas revolucionárias dos países colônias e semicolônias o máximo a que chega em suas análises é sua afirmação que a revolução camponesa ou antiimperialista pode ter como ponto de apoio e direção o proletariado se este se liberta politicamente. Mas, assim como Lenin antes de 1917, que considerava que a revolução anticzarista seria acaudilhada pelo proletariado e as massas exploradas, mas seus objetivos seriam puramente nacionais e democráticos, Trotsky jamais colocou para os países atrasados, como dinâmica de classe da revolução, a conquista do poder pelo proletariado, a instauração de sua ditadura e o começo de realização da revolução socialista.

6. A revolução chinesa e a evolução teórica de Trotsky

Em princípio, Trotsky enfocará a revolução chinesa com a concepção teórica que acabamos de estudar: ou seja, que será uma revolução em duas etapas, e que o processo chinês se encontra em sua primeira etapa, de caráter nacionalista e democrático burguês. Nesta etapa, a política do partido comunista chinês deve ser de aliança com a burguesia nacional e inclusive com seu governo, contra o imperialismo japonês. É nada menos que a política do "campo burguês progressivo", neste caso "antiimperialista".

É assim como em uma nota, fechada em 22 de março de 1927, defende claramente:

"Desde logo que os comunistas não podem abandonar seu apoio ao exército Nacionalista e ao governo nacionalista, nem, aparentemente, podem negar-se a fazer parte do governo Nacionalista. Mas o problema da independência organizativa total do PC, ou seja, sua retirada do Kuomintang, não pode postergar-se nem um dia mais (...) Os comunistas podem conformar um governo unificado com o Kuomintang com a condição da separação total dos partidos que conformam o bloco político" (Na China, p. 126).

Trotsky está defendendo aqui que o PC deve por fim à política que vem praticando, de entrismo no partido nacionalista burguês, mas não só não deve romper sua aliança política com ele, e sim que deve apoiar seu governo e inclusive participar nesse governo burguês.

Mais ou menos na mesma época, insiste:

"Definir a demarcação organizativa (do PCCh com o Kuomintang), coisa que se deriva inevitavelmente da diferenciação de classe, não exclui, pelo contrário, sob as condições políticas dominantes, pressupõe o bloco político com o Kuomintang em seu conjunto ou com elementos do mesmo, em toda a república ou em certas províncias, de acordo com as circunstâncias. Mas em primeiro lugar, o PCCh deve garantir sua própria independência organizativa total e a clareza no programa político e a tática na luta por ganhar influência entre as massas proletárias que acabam de despertar. Só este enfoque permite falar seriamente de arrastar amplias massas de camponeses chinês à luta" (op. cit., p. 116).

(op. cit., p. 116).

A contradição nesta posição é evidente. Trotsky defende que o PC deve conseguir sua independência organizativa, como partido, em base à diferenciação de classes, para ganhar influência sobre o proletariado e que este dirija os camponeses. Em outras palavras, deve conformar um bloco das classes exploradas contra a burguesia. Mas ao mesmo tempo deve manter sua aliança política com a burguesia, seu bloco com o Kuomintang. Isto, com o objetivo, "não de tirar à classe operária do marco da **luta nacional-revolucionária**, e sim, para garantir o papel do combatente mais decidido na mesma..." (op. cit., p. 114).

Em síntese, a proposta de lutar em bloco contra a burguesia e ao mesmo tempo fazer um bloco com a burguesia para realizar a revolução nacional e democrática.

Trotsky começa a superar esta contradição, pouco depois. Em uma carta a um camarada da Oposição de Esquerda (29/3/37), defende:

"O problema da luta por um governo operário e camponês de nenhuma maneira pode identificar-se com o problema de uma 'via de desenvolvimento não capitalista' para China. Isto só pode colocar-se de maneira provisória e só dentro da perspectiva da revolução mundial. Só um ignorante do tipo socialista reacionário poderia pensar que a China atual, com suas atuais bases tecnológicas e econômicas e por seus próprios esforços poderia passar por cima da fase capitalista. (...) Ainda que o problema de que a revolução chinesa se converta em uma revolução socialista é só uma variante a longo prazo o problema da luta por um governo operário e camponês tem uma importância imediata tanto para o curso da revolução chinesa como para a educação revolucionária do proletariado e seu partido" (op. cit., p. 129).

(op. cit., p. 129).

Trotsky aqui segue sustentando que a revolução é democrático-burguesa e que a revolução socialista deve postergar-se para uma segunda etapa ("*não se pode passar por cima da fase capitalista*", "*a revolução socialista é uma variante a longo prazo*"). Sem dúvida, aqui já se eleva à concepção do **governo operário e camponês** para impulsionar a revolução democrática. O que coloca aqui é a concepção **leninista** (não a sua própria) do que devia ser a revolução russa: uma revolução burguesa democrática e nacional por seus objetivos, operário y camponês por sua dinâmica interna de classe. É a política que Lênin sintetizou em sua consigna de "Ditadura democrática revolucionária dos operários e camponeses".

Esta carta de Trotsky tem uma importância fundamental por outro lado: aqui se refuta com várias décadas de antecipação a teoria lambertista dos dois campos -progressivo e reacionário - que se enfrentam. Vejamos:

"Você comete um erro quando expressa com toda clareza (...) que na China tem surgido 'dois campos decididamente hostis': em um está os militaristas, os imperialistas e certas camadas da burguesa chinesa; no outro os 'operários, artesãos, peque os burgueses, estudantes, intelectuais e certos setores da burguesia media que possuem uma orientação internacionalista'. Na realidade, há três campos na China - os reacionários, a burguesia liberal e o proletariado - e os três lutam por conquistar hegemonia sobre os estratos inferiores da pequena burguesia e os camponeses (...) O Kuomintang em sua forma atual cria a ilusão de que existem dois campos, com o qual perpetua a máscara nacional revolucionária da burguesia e, com isso, facilita sua traição" (op. cit., p. 128).

(op. cit., p. 128).

Os três campos que coloca Trotsky são os campos **de classe** e cada um deles luta por ganhar os camponeses e a pequena burguesia; não são os dois campos de Lambert y que aqui aparecem com os mesmos nomes.

Qual deve ser a política do PC nesta situação? "*O que devemos salvaguardar no curso da revolução é, principalmente, ao partido independente do proletariado que evolua constantemente a revolução do ponto de vista dos três campos e é capaz de lutar pela hegemonia do terceiro campo e, por conseguinte, na revolução em seu conjunto*". (Op. cit., p. 129).

O "terceiro campo" é, desde logo, a aliança de operários camponeses contra a burguesia. Isto, combinado com a defesa da necessidade de um governo operário e camponês, mostra uma decidida superação nas posições de Trotsky. Sem dúvida, subsiste a contradição de que para ele, a revolução é democrática burguesa:

"[Não devemos esquecer] o 'pequeno detalhe' de que o que está ocorrendo na China não é uma revolução socialista e sim, uma revolução nacional burguesa" (op. cit., p. 131).

Que não se diga que é um contra-senso nossa interpretação da política de Trotsky em toda esta etapa: como acabamos de ver, exclui explicitamente que a revolução chinesa possa assumir tarefas anticapitalista, socialistas; para isso, suas tarefas são exclusivamente democráticas e burguesas.

Vamos a citar, por último, sua carta ao Burô Político do partido russo, de 31 de março de 1927:

"Um sistema de soviets na China não seria, no próximo período, um instrumento da ditadura proletária, e sim da libertação nacional revolucionária e de unificação democrática do país (...) Na China, o que está ocorrendo é uma revolução nacional democrática, não socialista" (op. cit., p. 135).

(op. cit., p. 135).

Ou seja, novamente está expressa a contradição entre o caráter da revolução democrático-burguesa e sua dinâmica de classe: a dirige o proletariado organizado em **soviets**.

A superação definitiva vem recém em setembro de 1927, em suas teses "As novas oportunidades para a revolução chinesa, novas tarefas e novos erros", contra o programa de Stalin e Bujarin:

"Posto que existe um estado de guerra civil entre as tropas revolucionárias e o Kuomintang, o movimento revolucionário só pode triunfar sob a direção d PC, e só sob a forma soviética de deputados operários, soldados e camponeses (...). Isto exige um programa para o período de luta pelo poder, a conquista do poder e a instauração do novo regime (...) Em outras palavras, do que se trata agora é da ditadura do proletariado" (op. cit. pp. 263 y 265).

E agrega: "*a revolução chinesa em sua nova etapa triunfará como ditadura do proletariado ou não triunfará*".

Esta é a concepção que Trotsky desenvolveu daí em diante, sintetizada nas teses da revolução permanente.